



Sindijus-PR mantém investimentos

A organização de base é o que fortalece o Sindijus-PR

Sindicato vai ampliar ações para manter os servidores mobilizados para enfrentar novos desafios



Gustavo Henrique Vidal

Diretoria avaliou as ações do Sindicato dos últimos 5 anos

A participação da categoria foi determinante para a conquista das reivindicações. Avaliação é da Diretoria Colegiada, que se reuniu nos dias 25 e 26, na sede campestre do Sindijus-PR em Curitiba. Destacando a atuação dos representantes de base em todos os locais de trabalho. Os diretores passaram os dois dias discutindo as ações desenvolvidas nesta gestão, avaliando o trabalho realizado. A organização de base será reforçada para as pró-

ximas campanhas.

O Planejamento Estratégico, comandado pelo assessor Albino Fogassa, com base na avaliação feita, conclui que a conquista da data base, do Plano de Cargos e Salários, a contratação de novos servidores, pagamento dos atrasados da URV, auxílio alimentação, redução da diferença salarial na secretaria do TJ, foram conquistas importantes para toda a categoria. Mas ainda existem muitos desafios aos servidores.

PLENÁRIA
 Confira a programação do encontro

PCS
 Sindijus-PR esclarece dúvidas com o TJ

Sindijus-PR
 está cheio de novidades em 2011

Campanha busca valorização dos oficiais de Justiça



OPINIÃO

Sindijus-PR reúne Diretoria Colegiada e planeja atividades de 2011

Inspiração no Filósofo Romano, a diretoria colegiada do Sindijus-PR se reuniu nos dias 25 e 26 de fevereiro para avaliar os desafios e programar as atividades para 2011.

Entre os assuntos de maior urgência estão campanhas para conquistar os reajustes dos aposentados do Foro Extrajudicial, os atrasados da URV das pensionistas e o drama dos Oficiais de Justiça nas varas estatizadas. No entanto, a retomada da luta pelo enquadramento das profissionais do SAJJ, o acompanhamento das ações judiciais que envolvem interesses dos servidores (ação dos 64%, execução dos que assinaram e dos que não assinaram acordos) e a luta pelo precatório das pensionistas também estão entre os assuntos de relevância. No campo político sindical a colegiada quer reorganizar a campanha de filiação, tendo em vista o ingresso de número expressivo de novos servidores em quase todos os locais de trabalho.

A diretoria definiu que deve ser dada atenção especial à organização do 9º Congresso dos Servidores do Judiciário (Conseju),



que vai ocorrer nos dias 29 e 30 de abril, com encerramento no dia 1º de maio. O evento aguarda definição do local, e deverá reunir delegados eleitos nos locais de trabalho de todo o Estado. Antes porém, o Sindijus-PR vai realizar, nos dias 19 e 20 de março, sua 14ª Plenária. Na oportu-

“Não existe vento favorável para o marinheiro que não sabe aonde quer ir”
Sêneca

tidade vai promover o lançamento da cartilha que está sendo organizada pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) em parceria com o Sindijus-PR e relembra fatos e personagens nos 100 anos da luta das mulheres. A solenidade vai acontecer em Curitiba.

Com a organização dessas atividades e o envolvimento de toda a categoria, a direção do Sindijus-PR espera consolidar conquistas e avançar em novas lutas que vão fortalecer ainda mais o movimento dos servidores do Judiciário do Paraná.

cartas



PCS

Poucas vezes vi o sindicato tão atuante como nos últimos anos. Confesso que desconfiava da história do PCS no ano passado, até receber meu holerite neste mês. O novo salário agora me parece mais digno para os servidores que têm tantas dificuldades no dia a dia. Me filiei ao sindicato agora por que antes não tinha condições, já que estava “pindurado” nos empréstimos. Acredito que a atuação do sindicato foi decisiva para garantir esse salário. Sem isso, acredito que seria muito difícil conseguirmos qualquer coisa. Agradeço ao Sindijus-PR pelo empenho. Acho que para todos valeu a luta, já que estamos mais aliviados.

A.T.M.

PARANAPREVIDÊNCIA

Continuo indignada com a Paranaprevidência. São anos de trabalho para ser tratada desse jeito, salários são pagos atrasados, PCS que não vem, URV é uma novela. Quando será que seremos tratados com res-

M.C.S.A.

HORÁRIO

Gostaria de pedir aos dirigentes do Sindijus-PR, que, se necessário for, mobilizem os servidores do Tribunal de Justiça para que lutem contra a possível mudança de horário de expediente. Não podemos aceitar ser tratados como fantoches, é ultrajante sermos manipulados e aceitar tudo calados. Nossa vidas e rotinas foram readaptadas de acordo com o novo horário proposto, amplamente divulgado pelo TJ, e agora vivemos a incerteza de voltar a estaca zero. Com a certeza, porém, de que o TJ não ressarcirá os prejuízos, não só financeiros, mas também emocionais.

N.N.A.

As opiniões expostas pelas cartas não refletem a opinião do jornal.

consciência & Luta
GESTÃO ASSIM QUE SE CONQUISTA

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDIJUS-PR - SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Sede: Rua David Geronasso, 227 - Boa Vista CEP 82540-150 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3075-5555 - Fax: (41) 3075-6702
As cartas podem ser enviadas para conscienciaeluta@sindijuspr.org.br

www.sindijuspr.org.br

SISTEMA DIRETIVO
Conselho Executivo
coordenador-geral: José Roberto Pereira; secretário-geral: Mário Cândido de Oliveira; Ademir Aparecida Pinto; Airton Dias de Oliveira; Caetano Zaganini; Clóvis Menger; David Machado; Edson Fernando da Silva; Maria Dulcineia Fernandes Del Rios; Rosana do Rocio de Freitas Diniz.
Conselho Deliberativo
Adenilza Rocha Augusto; Adivaldo Rosa; Aldo Bonato; Aldino Fedrigo; Amauri da Silva; Amauri da Silva Fernandes; André Guilherme de Freitas; Ângelo José Sasso; Antonio Carlos Datto; Antonio Marcos dos Santos; Antonio Marcos Pacheco; Antonio Ribeiro Neto; Aristeu Nunes; Benedita Estraczer Zioli; César Conrado de Souza Neto; Daltron Moreira Rocha; Dario Aparecido da Costa; Davi Aguiar de Andrade; Diógenes Nunes de Souza; Dirce Leni da Rosa; Dorian Aparecida Damasceno; Edson Luiz Futero; Edson Prado Lima; Irineu Goveia; Itacir Antunes dos Santos; José Panisson; Josevaldo Moreira Alves; Jurandir Moreira Vilas Boas Junior; Lizete Ramos Cancela; Lourival dos Santos Cordeiro Junior; Lucinei Luiz Guimarães; Luiz Carlos Lopes; Luiza Narducci Pereira; Marcello de Oliveira; Márcia Regina Mosquer Ripula; Marco Antonio Cremonese; Marcos Henrique Romualdo da Silva; Maria Emilia Martins; Maria Madalena de Oliveira; Mario Sérgio dos Santos; Mary Claudia Hetka

Dubieli; Neli Maria Felix; Osmar Lopes da Silva Filho; Plerina Libera De Martini; Reginaldo Prado Lima; Rodrigo Augusto Moersbaeher Paes; Rosângela Zillotto; Rui Artur de Aguiar; Sidney Prado Lima; Silvana Claudia Barreiro; Tereza Maria Miranda Carvalho; Vaner Galli; Vilma Aparecida Demori; Virgínia de Moraes Freire e Zeli Martins Fontoura.

Conselho Fiscal
Adelcio Renosto; Elísio Marques; José Paulino Lourenço; Osemir Queiroz e Rosanna Ventura.

Conselho Editorial
José Roberto Pereira, Mário Cândido de Oliveira, David Machado, Edson Fernando da Silva e Edson Prado Lima.

Editor Responsável (fotos, diagramação e edição)
Gustavo Henrique Vidal - jornalista profissional diplomado - Mtb 5928-PR
Pâmela Mendes Leony - jornalista profissional diplomada - Mtb 5480-PR

Ilustrações
Simon Taylor
Impressão
Jornal do Estado/Tiragem 5.500

Edição final às 18 horas do dia 04 de março de 2011.

DISCUSSÃO vai envolver todos os servidores

Sindijus-PR esclarece dúvidas sobre o PCS

Servidores encaminharam questionamento sobre a implantação do Plano: Risco de Vida é a maior dúvida

A implantação do Plano de Cargos e Salários revelou diversas dúvidas na categoria. Desde o início do mês, centenas de ligações e e-mails pediam ajuda na compreensão do PCS.

O Sindijus-PR reuniu os questionamentos e levou ao Tribunal de Justiça para esclarecer. Caso novas situações ocorram, os servidores podem encaminhá-las ao Sindicato para serem levadas à administração.

1. Os servidores lotados na Secretaria do Tribunal de Justiça não tiveram o reajuste de 7,07% relativo a mudança de horário do expediente, em virtude de que estes servidores já tinham sua jornada regulamentada em 7 horas ininterruptas.

2. A gratificação do local de risco, atribuída aos servidores da Secretaria, lotados em diversos locais de trabalho da capital e interior, especialmente as equipes do SAJJ e motoristas, foi cortada neste mês de fevereiro por determinação do CNJ. Isto, por que devem estes servidores retornar aos seus locais de trabalho na Secretaria do TJ. Aqueles servidores, nestas condições, que estão lotados no interior do Estado não serão chamados, pois já têm suas vidas estabelecidas nas diversas comarcas e não precisarão retornar à Capital. Quanto as equipes do SAJJ, conforme determina a lei do PCs estão lotadas nas Varas de Família, Infância e Juventude e vão permanecer em seus locais de trabalho. Inclusive quanto a diferença salarial, motivada pelo corte da gratificação do local de risco, está sendo elaborado um estudo para haver a compensação remuneratória, através de lei, para que estes servidores(as) não tenham nenhuma redução salarial.

3. Quanto aos auxiliares administrativos lotados nos Juizados Cíveis, que passaram a receber o local de risco a partir de agosto de 2010, o Sindijus-PR fará um pedido administrativo dos atrasados, isto é, des-

de a publicação da lei, caso não seja deferido, vamos buscar o procedimento judicial para os filiados a entidade.

4. Gratificação de Incentivo a Qualificação Profissional (GIQF) estabelecida no PCs, será regulamentada em 2012, conforme previsão orçamentária.

5. Lotação, relocação e permuta dos servidores, está sendo preparado um decreto que irá regulamentar essa questão, por enquanto os servidores interessados devem requerer e ter a anuência dos Juizes, o que libera e o que acolhe a nova situação.

6. Plantão Judiciário, está sendo elaborado estudo para remunerar o trabalho realizado pelo servidor em regime de plantão, o mesmo ocorrendo com a questão dos Júris, que ultrapassam o horário normal de trabalho. A dificuldade é que o CNJ limita o pagamento de horas extras, portanto estes estudos visam resolver a situação através de uma contraprestação pecuniária ao servidor pelo trabalho extra realizado.

7. Os servidores do Palácio da Justiça que trabalham no plantão judiciário do 1º. E 2º. Graus estão trabalhando além do horário normal, essa situação a Secretaria do TJ não tinha conhecimento, os assessores comprometeram-se em verificar e encaminhar a solução imediata.

8. Oficiais de Justiça: A indenização de

Definida a programação da 14ª Plenária Estadual

Sábado - 19 de março

08h30 - Abertura

08h45 - Leitura e Aprovação do Regimento Interno

09h00 - Painel: Situação Econômica do Paraná e Orçamento do TJ-PR - Cid Cordeiro - Dieese

09h30 - Painel: Sistema Previdenciário dos Servidores do TJ-PR - Ludimar Rafanhim - advogado

10h30 - Debate

11h15 - Painel: PCS - Como ficou? O que teremos de avançar? - Ludimar Rafanhim - advogado e José Roberto Pereira - coordenador-geral do Sindijus-PR

11h45 - Debate

12h30 - Almoço

13h30 - Encaminhamento de trabalhos em grupo

13h45 - Grupos: Plano de Lutas, Plano de Ação Sindical e Plano Orçamentário

17h00 - Lançamento da Cartilha em homenagem aos 100 anos do Dia da Mulher - Darli Sampaio - Cepat

Domingo - 20 de março

08h30 - Apresentação dos Trabalhos dos Grupos e Aprovação

09h30 - Encerramento da Plenária

10h00 - Assembleia Geral

12h00 - Encerramento da Assembleia

transporte será mantida no percentual de 20% sobre o salário base, valores a serem pagos no mês de março. Neste mês de fevereiro o valor da indenização foi calculada sobre o salário de Janeiro de 2011, tendo em vista que a lei do PCs entrou em vigor a partir do dia 01 de fevereiro.

9. GAE (Gratificação de atividade externa) está sendo elaborado um estudo, que terá a participação das entidades de classe, para ser discutido e apresentado a categoria, possivelmente, no segundo semestre.

10. Extraordinário dos Juizados Especi-

ais: o decreto que regulamenta a gratificação estabelece limite para a concessão dessa gratificação e ainda está em vigor, portanto não há alteração.

11. Técnicos designados para a função de Oficial de Justiça: destacamos a insegurança jurídica dos servidores e os principais problemas enfrentados. Assessores afirmaram que está sendo estudada uma forma de regulamentar a situação e garantir a segurança para os novos servidores. Foi definido no encontro de Guarapuava que vamos buscar o tratamento isonômico aos Oficiais de Justiça.

REFORMAS valorizam o patrimônio do Sindicato

Sindijus-PR está cheio de novidades em 2011



■ Nova fachada da sede urbana

O novo visual da sede urbana do Sindijus-PR está mais leve e atrativo. Após intensas obras para reformá-la está de cara nova. O espaço para o atendimento aos servidores públicos do Poder Judiciário do Paraná de forma ampliada, ganhou novas salas, novos equipamentos, tudo para proporcionar uma qualidade melhor de atendimento à categoria, tendo profissionais qualificados, podendo assim, ajudar os servidores saber melhor a respeito do seu trabalho e ter uma qualidade de vida melhor.

A sede campestre do Sindijus-PR também vem sendo reformada e ficará novi-

nha em folha. Investimento este, que visa preservar o patrimônio dos filiados. Os alojamentos da sede já estão prontos, com isso, os servidores que antes ficavam hospedados em hotéis, dando um gasto desnecessário, agora ficam na sede campestre. Um exemplo de economia e de saber utilizar os recursos do Sindicato com transparência, investindo mais no patrimônio dos servidores.

Alguns projetos para o futuro, que o Sindicato tem em mente, é a construção de uma sala de eventos na sede urbana, auditório, melhor estacionamento, entre outros.

O Sindijus-PR ainda oferece mais be-



■ Pintura nova do salão de festas, na sede campestre

nefícios. Filiados podem também usufruir de convênios. Para utilizar o serviço, como por exemplo, com Uniodonto, Dom Bosco e com o Grupo Uninter, basta que repasse 1% do seu salário bruto, assim o servidor e seus dependentes tem o direito de desfrutar dos convênios.

E logo, os servidores verão o site do Sindijus-PR todo reformulado, mais atrativo e com uma navegação mais dinâmica. Acessando a página, você fica sabendo das últimas notícias, além de poder ler as edições mais recentes dos jornais do Sindicato. O site também traz um pouco da história do Sindicato e informações atualizadas sobre nossas lutas.

A única coisa que não muda, é a nossa responsabilidade de levar aos servidores, com transparência, notícias atualizadas do processo de luta e trabalho desenvolvido pelo Sindicato.

“Vamos iniciar o ano de 2011 fortalecidos. É hora de todos estarmos unidos na mesma luta e na continuação do Sindicato atuante como o nosso. Filie-se! Pois, além de usufruir de benefícios sociais e econômicos, você ajuda seu Sindicato a continuar forte!”, ressalta José Roberto, coordenador-geral do Sindijus-PR.

Aproveite e conheça as reformas e todas as vantagens de ser filiado a um Sindicato que é seu!



■ Sede campestre conta agora com alojamento



■ Ginásio poliesportivo

COLEGIADA define atividades de 2011

Sindijus-PR vai investir ainda mais na organização de base



Diretores durante reunião na sede campestre do Sindijus-PR

A participação da categoria foi determinante para a conquista das reivindicações. Avaliação é da Diretoria Colegiada, que se reuniu nos dias 25 e 26, na sede campestre do Sindijus-PR em Curitiba. Destacando a atuação dos representantes de base em todos os locais de trabalho. Os diretores passaram os dois dias discutindo as ações desenvolvidas nesta gestão, avaliando o trabalho realizado. A organização de base será reforçada para as próximas campanhas.

O Planejamento Estratégico, comandado pelo assessor Albino Fogassa, com base na avaliação feita, conclui a conquista da data base, do Plano de Cargos e Salários, a contratação de novos servidores, pagamento dos atrasados da URV, auxílio alimentação, redução da diferença salarial na secretaria do TJ, foram conquistas im-

portantes para toda a categoria. Mas que ainda existem muitos desafios à categoria.

Mas, para Fogassa, temos muitas questões pendentes, como o pagamento dos reajustes para os aposentados do extrajudicial, a URV das pensionistas, a ações judiciais ainda sem a decisão final, a regulamentação das gratificações previstas no Plano de Cargos e Salários, possíveis falhas na implantação do plano, mereceram atenção especial da Diretoria. Foram definidas ações imediatas para vários pontos considerados prioritários, na Plenária Estadual serão aprofundados.

A direção também apontou para a reativação da campanha em prol dos aposentados do Extrajudicial, da URV das pensionistas e uma mobilização imediata em defesa dos Oficiais de Justiça e Técnicos Judiciários designados

para oficial de Justiça.

Assim, a diretoria discutiu estratégias de ações para todo o ano de 2011. Inclui-se aí, a construção da Plenária anual e do Consejo, congresso da categoria.

A 14ª Plenária acontece já neste mês de março, em Curitiba, nos dias 19 e 20. Será a hora de reunir os representantes de base de todas as comarcas para definir as estratégias de organização da categoria, já que a luta vem acompanhada de mobilização. É momento próprio para os servidores indicarem aos seus representantes as dificuldades enfrentadas no dia a dia para serem discutidas na atividade. Lembrando que, a Plenária está regulamentada no Estatuto da Entidade, art. 41 e seguintes, dizendo que podem participar os membros da diretoria colegiada, os representantes de base e os servidores filiados a entidade.

A finalidade da Plenária é estabelecer campanhas reivindicatórias, avaliar as decisões políticas e administrativas da diretoria colegiada e estabelecer a organização dos servidores nos seus locais de trabalho. Já nos dias 29 e 30 de abril e 1º de maio, será realizado o 9º Consejo, que define o rumo político do Sindijus-PR, instância máxima de deliberação da categoria. É importante destacar, que tanto a Plenária quanto o Congresso da categoria, devem consolidar as conquistas e apontar as novas lutas que os servidores terão que enfrentar.

aconteceu



■ CAMPANHA EXTRAJUDICIAL



Dia 25 de março, o Sindijus-PR retoma a campanha dos aposentados do foro extrajudicial. A ação dá continuidade ao movimento iniciado em 2010, que garantiu o pagamento dos atrasados da URV aos aposentados. O objetivo agora é a reposição salarial e a incorporação dos 11,98% da URV. Os aposentados não recebem o reajuste da inflação desde 2006.

■ CARNAVAL DA CUT: SAMBA EM CURITIBA

Os foliões revolucionários da CUT Paraná mais uma vez puseram o Bloco "Balança Povo que o de Cima Cai" a desfilar na região central de Curitiba. Com um samba enredo em homenagem às mulheres, suas lutas e conquistas, e no embalo do som da bateria da Escola de Samba Mocidade Azul, os militantes da CUT chamaram a atenção da sociedade curitibana. Pela Rua XV de Novembro, em Direção à Boca Maldita, no centro de Curitiba, os integrantes distribuíram filipetas com a letra do samba enredo. Muita gente parou por um tempo para ver o bloco passar. Outros arriscavam cantar e ensaiavam alguns passos de samba. Os mais entusiasmados não tiveram dúvida, seguiram o animado bloco até o final da passeata.



jogo rápido

■ NEGOCIAÇÃO COM A PARANAPREVIDÊNCIA

O secretário-geral do Sindijus-PR, Mário Cândido de Oliveira, esteve na Parana Previdência buscando informações sobre o pagamento da URV dos aposentados e pensionistas. Segundo o diretor de previdência, Alexandre Modesto, e o assessor jurídico, Fabiano, um parecer que está sendo concluído, será apresentado ao presidente da Instituição para despacho entre quarta e quinta-feira da próxima semana, após o carnaval. O assessor jurídico afirmou ainda, sem adiantar os termos, que o parecer poderá facilitar a resolução da situação. Informaram ainda, que o principal empecilho é a questão orçamentária, isto é, quem paga a conta.

A posição do Sindijus-PR é que esta questão não pode interferir na solução do caso. A URV é devida aos servidores do Judiciário, ativos, aposentados e pensionistas. Já houve o reconhecimento e esta sendo pago ao pessoal da ativa e alguns aposentados. Este direito também é extensivo as pensionistas, entretanto a Parana Previdência não vem honrando com o seu compromisso.

“Não vamos sossegar enquanto não virmos o pagamento ser realizado e esperamos que com esse parecer haja uma solução definitiva”, afirmou Mário Cândido.

URV APOSENTADOS

Quanto à suspensão no pagamento da URV aos aposentados que já receberam algumas parcelas, a informação é de isso ocorreu em virtude da moratória de 90 dias imposta pelo Governo do Estado e que é para durar até o final de março. Após este período serão retomados os pagamentos.

IMPLANTAÇÃO DO PCS

Quanto ao reenquadramento dos aposentados e pensionistas, determinado pela lei do PCS, o Parana Previdência alega que ainda não recebeu nenhuma informação do Tribunal de Justiça para proceder os reajustes nas tabelas. O Sindijus-PR manteve contato com a Administração do TJ e fomos informados que o expediente relativo ao reenquadramento dos aposentados e pensionistas já está concluído e deverá ser encaminhado a Presidência do TJ para despacho na próxima semana.

■ MAGISTRADOS PREFEREM HORÁRIO ATUAL

Uma pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) revelou que, a maioria dos juizes prefere o atual horário de expediente, ou seja, das 12 às 19 horas. De acordo com a Amapar, 79% dos 154 magistrados ouvidos aprovaram o horário. Desde o dia 1º de fevereiro, a Justiça estadual atende o público das 12 às 18 horas, mas o turno dos servidores se estende até às 19 horas. A medida foi tomada com base em uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), Miguel Kfoury, o novo expediente representa uma economia de R\$ 59 milhões por ano ao Judiciário.

Oficiais de Justiça na luta por valorização

O II Encontro Estadual dos Oficiais de Justiça do Estado do Paraná realizado em Guarapuava, nos dias 18 e 19 de fevereiro, reuniu cerca de 70 pessoas. O objetivo do encontro foi debater e encaminhar propostas visando melhorar as condições hoje dos oficiais de justiça.

Vários assuntos do interesse da categoria, como estatização das varas cíveis, Gratificação de Atividade Externa (GAE), Mandado de Injunção, adicionais de função e a situação dos técnicos indicados para a função de oficial de justiça, foram apresentados aos oficiais e técnicos de justiça que estavam presentes.

Primeiramente, a categoria foi colocada a par dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Sindijus-PR e Assojepar. O principal motivo do encontro foi em virtude das disposições compulsórias dos oficiais de justiça de Maringá e Curitiba, referente às estatizações das varas cíveis, aonde os oficiais não poderiam desempenhar suas funções.

O presidente da Assojepar, Marcos Pacheco, diz que a categoria deve se unir para cobrar respostas do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) e apresentar soluções que tranquilizem os oficiais de justiça. “O tribunal segue a regra da Justiça Federal, então porque não sermos valorizados como os oficiais federais? Devemos nos organizar para mantermos o que já há conquistado e lutarmos para solucionar os problemas atuais”, completa Pacheco.

O encontro foi definido como fundamental para buscar a reso-



■ Encontro envolveu a participação de muitos servidores

lução das divergências enfrentadas no Poder Judiciário. A presença das entidades Sindijus-PR, Assojepar e Assojinpar, mostrou a força e a união que os oficiais e técnicos precisam para lutar por melhores condições de trabalho.

Separados em grupos, listaram tópicos referente à situação como está hoje da categoria, o que pode ser feito para melhorar, como enfrentar os problemas nas comarcas e locais de trabalho e apresentado isso, discutiram medidas que possam ajudar a pressionar o TJ a valorizar a função do oficial de justiça. “Esse trabalho feito em grupos, proporciona a estabelecer a dificuldades e procurar, uma solução para cada dificuldade que estamos enfrentando desde que foi extinto o cargo”, ressalta José Roberto, coordenador-geral do Sindijus-PR.

Os servidores decidiram elaborar uma carta ao TJ com as reivindicações da categoria, com a esperança que sejam chamados para uma audiência, na qual possam expor todos os problemas que estão enfrentando.

TJ garante oficiais de Justiça em varas estatizadas

O Tribunal de Justiça confirmou na tarde do dia 24 de fevereiro, a permanência dos oficiais de Justiça na 10ª Cível de Curitiba. Depois de muita negociação, os servidores retornam ao ofício de origem do qual haviam sido retirados, devido à estatização do cartório.

“A luta agora é para reconquistar o mesmo direito aos servidores da 4ª Cível de Maringá”, afirmou o presidente da Assojepar, Antonio Marcos Pacheco. Agora, Pacheco convoca a categoria, dizendo que é hora de se unir para garantir uma transição ao novo modelo estatizado, “sem prejuízo e com a garantia da Gratificação de Atividade Externa”, que será a evolução e a forma mais eficiente para a instalação de centrais de mandados.

NO PARANÁ negociação do reajuste já começou

Centrais sindicais querem piso regional de R\$ 820

Política de valorização seguiria os mesmos critérios do salário mínimo nacional: inflação + PIB

Pautado pelo novo governo do estado do Paraná, as centrais sindicais defendem uma política permanente de recomposição do valor do salário mínimo paranaense. A fórmula proposta pela CUT é composta pela inflação acumulada nos últimos doze meses, que antecede a data-base mais o crescimento registrado no Produto Interno Bruto (PIB) do estado no ano anterior.

Se o governo adotar a política, o piso regional teria aumento estimado em 14,34% (6,04% da inflação + 8,3% do PIB) no mês de maio. Dessa forma, a Faixa I (trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca) passaria dos atuais R\$ 663,00 para R\$ 761,40. A Faixa II (trabalhadores de serviços administrativos) iria dos R\$ 668,50 para R\$ 790,68. A Faixa III (trabalhadores de produção de bens e serviços industriais), que hoje está em R\$ 714,00, ficaria em R\$ 819,97. Já a Faixa IV (téc-

nicos de nível médio) passaria dos R\$ 765,00 para R\$ 878,54.

Outra reivindicação é que o piso regional seja aplicado a todos os trabalhadores do Paraná, e não somente àquelas categorias que não têm salários definidos por lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, como acontece hoje. As centrais também querem que a data-base do mínimo seja antecipada em um mês a cada ano, até que em 2015 seja fixada em janeiro.

NACIONAL

Já está em vigor a lei que fixa o salário mínimo nacional em R\$ 545, que começou a valer a partir do dia 1º de março. Apesar de não atender à reivindicação das centrais sindicais, que queriam o mínimo em 580 reais, o governo mantém a política de valorização do piso nacional até 2015

O texto aprovado pelo Senado no dia 23 e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff no dia

25.

Com o número 12.382, a lei determina que o reajuste do piso nacional passe a ser feito por meio de decreto presidencial até 2015, com base na fórmula que vem sendo usada desde 2007. De acordo com essa regra, o reajuste do mínimo corresponderá à soma da inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com a taxa de crescimento da economia de dois anos antes.

A presidenta Dilma Rousseff ressaltou que apenas a inflação não é suficiente para aumentar o poder de compra do salário mínimo. "Por isso, o reajuste também vai acompanhar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)", garantiu. Mesmo com o PIB sendo negativo, Dilma afirmou que o piso salarial vai ter aumento. Ela ainda projetou que, em 2012 o salário mínimo deve atingir os R\$ 616 reais.

FES cobra pagamento da data base

O Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais do Paraná (FES) agendou para o dia 08 de abril, às 16 horas, uma nova audiência com a Secretaria de Estado da Administração e Previdência (Seap) para tratar do principal ponto da pauta dos servidores: a reposição salarial na data-base deste ano. A data foi decidida no dia 1º de março quando re-

presentantes do FES voltaram a cobrar do secretário da Seap, Luiz Eduardo Sebastiani, os encaminhamentos referentes à pauta geral dos servidores.

No início da reunião, os representantes do Fórum cobraram posicionamento do governador referente às declarações do secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haully, sobre o não pagamento de reajuste aos servi-

dores.

Para o economista do Dieese, Cid Cordeiro, ao contrário do que afirma o secretário Haully, a receita do estado garante a possibilidade de aplicação de reajuste na próxima data-base.

O Fórum reafirmou que a data-base é uma conquista de todos os servidores estaduais e que não pode haver retrocesso no reajuste.



Brasil sediará Congresso Latino-americano de Servidores do Poder Judiciário

O Brasil sediará em 2011, o próximo congresso da Confederação Latino-americana de Trabalhadores do Poder Judiciário, conforme definição da Conferência Regional Interamericana da Internacional de Serviços Públicos (ISP) em Cartagena, Colômbia, realizada no ano passado.

Abordar e discutir importantes assuntos comuns aos trabalhadores, bem como possibilitar o diálogo e a troca de experiências entre servidores do Judiciário dos países da América Latina. Esse é o propósito da Confederação Latinoamericana de Trabalhadores do Judiciário (CLTPJ). Integram a confederação, federações, sindicatos e associações nacionais de trabalhadores do Judiciário estadual e federal.

Os trabalhadores e entidades vão poder, juntos, discutir temas como perseguição a dirigentes sindicais com demissões, flexibilização dos direitos trabalhistas, terceirização da mão de obra, assédio moral, disparidades salariais, ausência de ratificação ou regulamentação das convenções da Or-

ganização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros. A escolha do Brasil como país-sede do próximo congresso foi determinada durante a Conferência Regional Interamericana da Internacional de Serviços Públicos (ISP), na cidade de Cartagena, na Colômbia, realizada entre os dias 7/9 e 13/9/2010.

O Brasil, por meio da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados, além de ter sido escolhido para sediar o evento, teve sua participação garantida na nova composição do Comitê Executivo da Confederação Latino-americana dos Trabalhadores no Poder Judiciário (CLTPJ), com a eleição do diretor de Comunicação da Federação, Josafá Ramos, como 1º vice-presidente.

Segundo o presidente da Confederação, "com a eleição do dirigente sindical Josafá Ramos, o Brasil passou a ocupar de fato e de direito papel de destaque político-sindical na região da América Latina, como reflexo dos trabalhos da Fenajud e da política de abertura social que o Governo Lula fez nos últimos anos".

NOMEAÇÕES precisam de regulamentação

Servidores têm novos problemas

A falta de servidores e a deficiência de estrutura, principalmente no foro judicial, são dificuldades que o Sindijus-PR vem apontando à administração há muito tempo. Nas últimas gestões do Tribunal de Justiça avançamos um pouco nesses pontos, embora muito ainda reste a fazer. Tanto isso é verdade, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quanto a atual gestão do TJ, têm enfatizado que o foro judicial é prioridade, que necessita de investimento imediato, na estrutura, ampliação das instalações e contratação de servidores.

De nada adiantam instalações suntuosas se não existe mão de obra suficiente. Vários servidores foram recentemente contratados. Cursos intensivos foram promovidos pela administração, para capacitar os novos servidores para desenvolverem seu trabalho. Devemos destacar o empenho dos colegas da ESEJE, destacados para essa tarefa.

O Sindijus-PR, atento às questões que envolvem os servidores, constatou que apenas esse curso intensivo não está sendo suficiente para atender os propósitos de todos nós, que é um bom atendimento à população.

Os novos servidores estão encontrando dificuldades de adaptação ao sistema de trabalho, inclu-



sive no relacionamento interpessoal com os colegas que já estão na função há muitos anos. Não houve por parte da administração uma regulamentação das funções específicas dos novos trabalhadores. São simplesmente enviados para os locais de trabalho na qualidade de analistas e técnicos judiciários, sem uma função específica.

Segundo a lei, cabe ao magistrado definir quem faz o quê. Isso está gerando uma insegurança jurídica e pessoal dos novos contratados. Os analistas deveriam, segundo a lei, assumir a direção das novas secretarias, na prática isso não acontece. Em vários locais de trabalho, onde as varas ainda não foram estatizadas, os analistas encontram os

escrivães de carreira, auxiliares administrativos que já estavam no comando das Secretarias dos Juizados, ou mesmos das Varas, e que estão dando conta do trabalho e são da confiança do magistrado.

Caso semelhante ocorre com os técnicos judiciários, que são designados para onde faltam funcionários, quando também, segundo a lei, deveriam ser designados para as novas Varas Estatizadas.

Tendo em vista que, os salários tiveram uma melhora considerável, porém, no caso dos novos contratados ainda persistem as gratificações, de 25%, 50%, 80% (GAJ) e de 130% para os designados à função de oficial de Justiça, fatalmente acaba gerando uma corrida dos novos

técnicos para a maior gratificação, pois todos têm interesse num vencimento maior, isso é legítimo.

No entanto, como ficam os trabalhos internos se todos tiverem o mesmo interesse? Caberá ao juiz decidir quem faz o quê, novamente. Aí começam os problemas de relacionamento interpessoal. A administração precisa resolver o impasse, regulamentando a questão.

O Sindijus-PR tomou conhecimento que, em comarcas da região metropolitana e também do interior, alguns magistrados consideram que a gratificação de "até 130%" para os técnicos designados para cumprir mandados não seria necessária, talvez valores entre 70% e 80% fossem suficientes. Outro caso, pela falta de servidores, os Técnicos recebem a determinação de realizar trabalhos internos durante a manhã e cumprirem os mandados durante o expediente da tarde. Novos servidores recebem a incumbência de trabalhar no período da manhã para conseguirem colocar o "serviço em dia", quando o novo horário do judiciário é a partir das 12 horas.

O Sindijus-PR está a par dessas graves questões e irá buscar a solução junto a administração do TJ, pois essas situações merecem providências imediatas, sob pena de enfrentarmos problemas ainda maiores na continuidade.

de olho nas datas 

19 de março

Acontece a 14ª Plenária dos Servidores do Poder Judiciário. A atividade anual define o plano de ação de sindical que o Sindijus-PR deverá seguir para defender as reivindicações da categoria durante o ano.

25 de março

O Sindijus-PR lança duas campanhas. A primeira marca a retomada da luta dos aposentados do foro extrajudicial para receber os reajustes da inflação desde 2006 e a incorporação dos 11,98% da URV. A outra, busca a valorização dos oficiais de Justiça, que enfrentam dificuldades com a estatização das varas cíveis.

29 de abril

O Sindijus-PR realiza o 9º Conseju - Congresso dos Servidores do Poder Judiciário. A atividade acontece também nos dias 30 de abril e 1º de maio. A atividade ainda sem local definido, que será divulgado junto com a programação.

1º de maio

Dia Internacional do Trabalhador. Também marca a Data-base dos servidores. O Sindijus-PR inicia a negociação da reposição da inflação com o Tribunal de Justiça.

CARTILHA CONTA HISTÓRIA DOS 100 ANOS DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER



Em parceria com o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), o Sindijus-PR lança no dia 19, durante a 14ª Plenária Estadual dos Servidores, cartilha contando os 100 anos do Dia Internacional da Mulher.

A publicação contém momentos históricos sobre o 8 de março e pretende esclarecer sobre as origens e, sobretudo, o significado da data. A pesquisa, realizada pelo NPC, tem a ideia de que o material sirva de formação sobre as lutas das mulheres para conseguir seus direitos no Brasil, como no mundo.

O Dia da Mulher nasceu das mulheres socialistas? Quando começou a ser comemorado o Dia Internacional da Mulher? Quando começou a luta das mulheres por sua libertação? Qual é a influência do movimento socialista na luta das mulheres? E o 8 de Março, como nasceu? A data teve origem a partir do quê? Onde?